



ROTA DO FEIJÃO

Do produtor familiar à Comida de Verdade

PRÉ-PROJETO PARA CONSTRUÇÃO COLETIVA

Paraná | 2026–2030

O Feijão puxa a fila.

O Prato Feito mostra para onde estamos indo: um território que reconhece quem produz, agrega valor à origem e transforma alimento em desenvolvimento, cultura e futuro.

VERSÃO PÚBLICA • AGOSTO DE 2026

ABERTURA

Este projeto está deliberadamente incompleto

Uma visão forte o bastante para mobilizar — e aberta o bastante para ser construída em conjunto.

A Rota do Feijão não nasce como obra acabada. Este documento organiza uma tese, um território de partida, um conjunto de frentes e perguntas de implantação. O desenho definitivo deve incorporar produtores, cooperativas, municípios, pesquisa, extensão, educação, gastronomia, turismo, empresas e comunidades.

O convite é para construir uma plataforma territorial de longo prazo: não apenas uma rota turística, uma campanha ou um selo, mas um sistema capaz de transformar origem, conhecimento, experiência e reputação em renda e impacto mensurável.

Princípio de construção

Nenhuma instituição é apresentada como aderente, apoiadora ou financiadora sem diálogo e compromisso formal. A governança proposta é um ponto de partida para pactuação.



CAPÍTULO 01

Resumo executivo

Uma política territorial cuja linha de frente é o Feijão e cuja causa é a Comida de Verdade.

A Rota do Feijão propõe organizar, inicialmente no Paraná, um ecossistema no qual o grão deixe de ser percebido somente como mercadoria e passe a carregar produtor, origem, qualidade, práticas agrícolas, rastreabilidade, cultura, gastronomia e experiência.

A tese percorre uma cadeia deliberada: produtor familiar → cooperativa → origem/IG → regenerativo → rastreabilidade → Feijão seco/pronto → Rota → turismo → Mesa Viva Feijão → Prato Feito → Comida de Verdade.

Prudentópolis é território emblemático pela produção de Feijão-preto, presença de pequenas unidades produtivas, cultura e vocação turística. A implantação, entretanto, depende de diagnóstico, adesão local, governança e validação técnica.

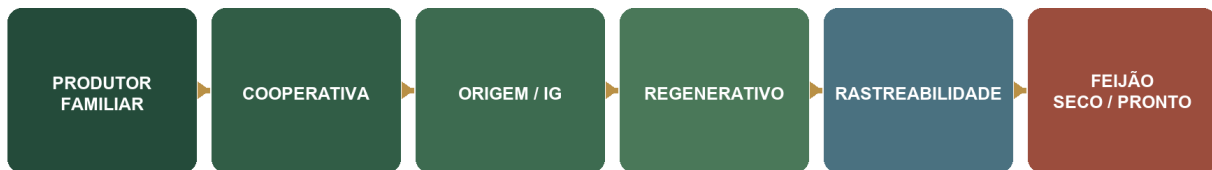
Ambição 2030

Demonstrar um modelo replicável de desenvolvimento territorial baseado em um alimento brasileiro, com resultados econômicos, sociais, culturais e ambientais comprovados.

CAPÍTULO 02

A tese em uma linha

Cada camada adiciona significado, capacidade e valor — sem apagar o produtor da origem.



A seta não representa uma sequência rígida nem uma promessa automática de prêmio. Representa capacidades que precisam ser construídas e conectadas: organização, especificação, comprovação, produto, experiência, mercado e cultura alimentar.

CAPÍTULO 03

Por que o Feijão?

Um alimento cotidiano com densidade econômica, cultural e social extraordinária.

O Feijão atravessa regiões, classes sociais e gerações. Está na lavoura familiar, no varejo, no restaurante popular, na alta gastronomia, na alimentação escolar e no almoço doméstico. Poucos alimentos permitem conectar produção, saúde, identidade e desenvolvimento com tamanha clareza.

- É cotidiano, mas ainda pouco valorizado por origem e diversidade.
- É alimento e também linguagem para falar de solo, trabalho, cultura e território.
- É porta de entrada para o Prato Feito e para uma defesa positiva da Comida de Verdade.

Mudança de pergunta

Além de “quanto vale a saca?”, perguntar: quem produziu, onde, qual variedade, como foi cultivado, que história carrega e que experiência pode gerar?

CAPÍTULO 04

O fundamento produtivo

A predominância das pequenas unidades dá base concreta ao protagonismo familiar.



Participação aproximada das unidades produtivas com menos de 50 hectares na produção paranaense de Feijão.

Fonte: IDR-Paraná, Nota Técnica 10/2024. O indicador descreve tamanho da unidade produtiva; o enquadramento formal como agricultura familiar depende dos critérios legais aplicáveis.

O IDR-Paraná registra ainda Prudentópolis em posição de destaque estadual e nacional na produção de Feijão do grupo preto. Esse contexto sustenta o território como piloto possível, não como recorte já contratado ou fechado.

CAPÍTULO 05

O problema a resolver

Valor e risco ainda se concentram de forma desigual ao longo da cadeia.

Quando o Feijão é indiferenciado, a disputa tende a se concentrar em preço, escala e oportunidade de mercado. Parte importante do risco fica na origem, enquanto ativos como procedência, história, qualidade específica, reputação e experiência permanecem subutilizados.

- Baixa visibilidade de famílias e territórios produtores.
- Dificuldade de segregação, padronização e comunicação de lotes.
- Pouca conexão permanente entre campo, gastronomia, turismo e educação.
- Iniciativas fragmentadas, sem governança e métricas compartilhadas.

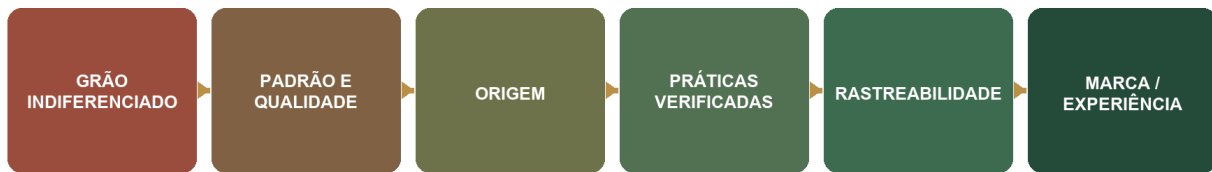
Resposta proposta

Construir um ecossistema que preserve o Feijão acessível e, ao mesmo tempo, abra caminhos verificáveis de diferenciação e agregação de valor.

CAPÍTULO 06

A cadeia de agregação de valor

O território entra no produto quando capacidades reais sustentam a narrativa.



A progressão é potencial e depende de mercado, custos, governança e evidência.

A agregação de valor não nasce de uma peça de comunicação. Ela exige especificação do produto, segregação, consistência, dados, controle, confiança e uma proposta relevante para compradores e consumidores.

CAPÍTULO 07

Produtor familiar: personagem, não figurante

A estratégia começa por renda, capacidade produtiva e reconhecimento.

O produtor não pode aparecer apenas como imagem de capa. Deve participar das decisões sobre protocolos, custos, calendário, preço, dados, uso de imagem e experiências turísticas. O projeto precisa reduzir assimetrias, não criar novas exigências sem retorno.

- Escuta e diagnóstico por comunidade e sistema produtivo.
- Assistência técnica e adesão gradual a protocolos.
- Regras transparentes para dados, imagem e repartição de benefícios.
- Indicadores de renda e estabilidade, além de volume.



CAPÍTULO 08

Cooperativas como coluna vertebral

Organizar escala sem apagar a identidade dos lotes e das famílias.

Cooperativas e organizações de produtores podem conectar assistência técnica, planejamento, armazenamento, beneficiamento, segregação, embalagem, logística, dados e mercado. A função vai além de comercializar: torna-se plataforma territorial de capacidade.



Governança e viabilidade econômica atravessam todas as etapas.

Condição de entrada

Adesão deve considerar capacidade real, compromisso com qualidade, transparência e disposição para construir regras comuns.

CAPÍTULO 09

Origem e Indicação Geográfica

A IG pode proteger e organizar reputação; não substitui o trabalho de mercado.

Uma eventual Indicação Geográfica ou Indicação de Procedência deve ser tratada como processo técnico, jurídico e coletivo. Seu valor depende da delimitação, do caderno de especificações, do controle, da governança e do reconhecimento pelo mercado.

Duas frentes simultâneas

De um lado: origem + especificação + qualidade + controle. Do outro: gastronomia + turismo + comunicação + experiência + mercado.

A Rota pode ajudar a tornar a origem inteligível e vivida. A decisão sobre modalidade, território, titularidade e processo de registro cabe aos atores legitimados e aos procedimentos oficiais.

CAPÍTULO 10

Feijão regenerativo

Uma jornada de melhoria tecnicamente defensável, não um slogan.

O termo regenerativo precisa ser convertido em princípios, práticas, indicadores e verificação compatíveis com os sistemas locais. A adesão pode ser evolutiva, permitindo que propriedades avancem por níveis e planos de melhoria.

- Saúde e cobertura do solo; rotação e diversidade de cultivos.
- Eficiência de insumos e manejo integrado, conforme recomendação técnica.
- Indicadores pactuados, linha de base e acompanhamento.
- Rastreabilidade e comunicação proporcional à evidência disponível.

Cautela essencial

Nenhuma alegação ambiental deve anteceder metodologia, medição, verificação e governança de uso da marca.

CAPÍTULO 11

Rastreabilidade: dar rosto ao Feijão

Do controle operacional à relação de confiança com o consumidor.



A experiência digital pode mostrar apenas o que é comprovável e autorizado: origem, variedade, safra, organização responsável, práticas verificadas, receitas, pontos de visita e canais de compra. Dados pessoais e sensíveis devem ser protegidos.

CAPÍTULO 12

Feijão seco e Feijão pronto

Conveniência pode ampliar ocasiões de consumo sem romper com a Comida de Verdade.

O Feijão seco permanece central. Ao lado dele, produtos prontos ou semiprontos podem responder à falta de tempo e reduzir barreiras de preparo, desde que preservem qualidade, identidade e transparência.

- Mapear perfis de consumidor e ocasiões de uso.
- Desenvolver com pesquisa, indústria e requisitos sanitários adequados.
- Testar sabor, textura, conveniência, custo e aceitação.
- Evitar que inovação signifique descaracterização ou promessa nutricional indevida.

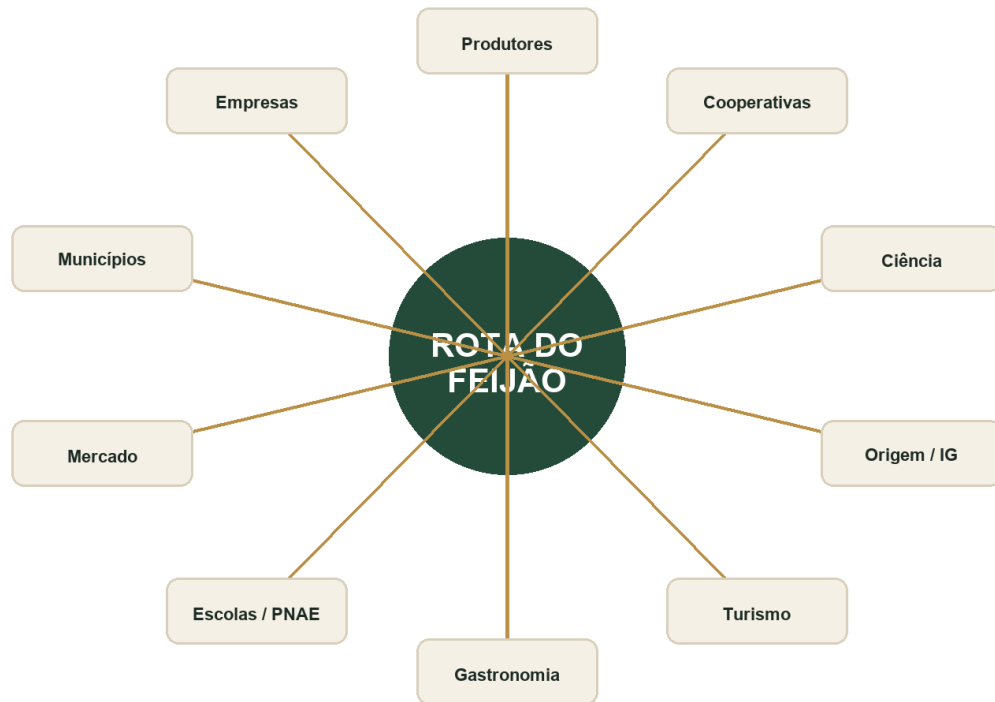
Portfólio, não oposição

Seco e pronto podem ocupar papéis complementares na expansão responsável do consumo.

CAPÍTULO 13

Arquitetura do ecossistema

Uma plataforma de relações, não uma soma de logotipos.



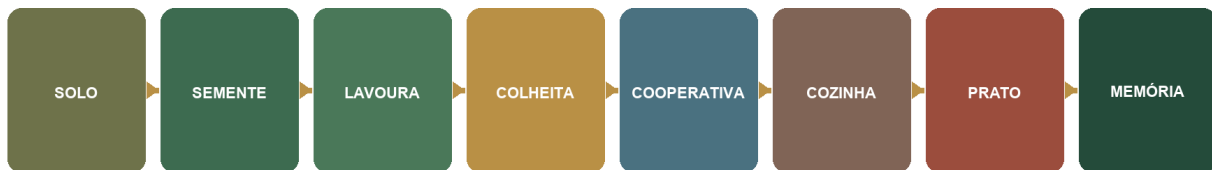
Atores e frentes a pactuar na governança territorial.

Cada participante deve entrar com papel, capacidade, responsabilidade e entrega definidos. A articulação precisa ser leve o suficiente para agir e robusta o suficiente para prestar contas.

CAPÍTULO 14

A Rota: do solo ao prato

A experiência territorial torna visível aquilo que a embalagem sozinha não consegue contar.

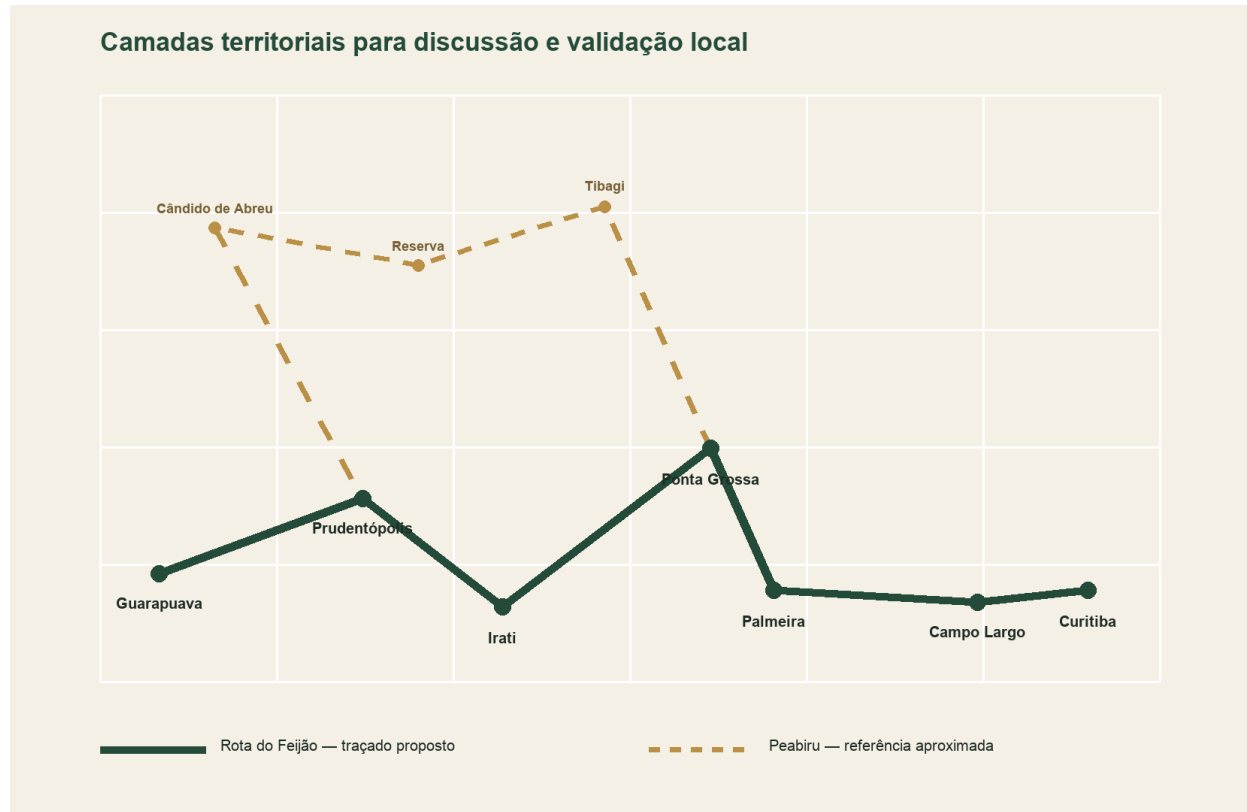


A Rota deve conectar propriedades aptas a receber visitantes, cooperativas, agroindústrias, restaurantes, cultura, paisagem, ciência e comércio regional. Segurança, acessibilidade, sazonalidade e capacidade de atendimento precisam orientar o desenho.

CAPÍTULO 15

Mapa real/conceitual para validação

Duas camadas: um circuito proposto e uma referência histórica de segundo plano.



Mapa conceitual com coordenadas municipais aproximadas. Não representa vias de navegação nem delimitação final.

Fontes de referência histórica: Patrimônio Cultural do Paraná e programa Caminhos do Peabiru. Traçado da Rota do Feijão: proposta inicial para discussão, sujeita a diagnóstico, adesão e validação geográfica.

Leitura correta

A proximidade visual entre camadas não afirma coincidência arqueológica. O Caminho do Peabiru é referência histórica e cultural; a Rota do Feijão será um circuito contemporâneo a ser definido.

CAPÍTULO 16

Caminhos do Peabiru: camada histórica

Conectar tempos e territórios com rigor, sem apropriar ou simplificar uma herança ancestral.

Os Caminhos do Peabiru são reconhecidos pelo Paraná como patrimônio cultural imaterial e integram uma rede histórica de trilhas. Fontes oficiais incluem Prudentópolis entre municípios do trecho simbólico e de ramais de referência.

No pré-projeto, essa camada funciona como contexto cultural e turístico. Qualquer interpretação local, sinalização ou narrativa pública deverá envolver pesquisa histórica, patrimônio, comunidades e instâncias responsáveis.

Limite explícito

Este documento não afirma que o circuito contemporâneo da Rota do Feijão coincide com vestígios arqueológicos, nem propõe validar trajetos históricos sem pesquisa competente.

CAPÍTULO 17

Turismo e economia territorial

A visita precisa combinar paisagem, pessoa, história, produto e prato.

Ninguém viaja apenas para olhar uma lavoura. A experiência deve articular atrativos naturais e culturais já existentes com produção, cozinha, comércio local e hospitalidade. O Feijão funciona como fio condutor, não como único conteúdo.

- Visitas agendadas e seguras a propriedades e cooperativas.
- Menus, oficinas, degustações e histórias de origem.
- Pousadas, guias, artesanato e comércio regional articulados.
- Calendário sazonal: plantio, floração, colheita e festivais.



CAPÍTULO 18

Abertura da Colheita Nacional novembro/dezembro

Transformar o calendário agrícola em ritual anual de mercado, cultura e comunicação.

A Abertura da Colheita pode reunir produtores, cooperativas, compradores, pesquisa, imprensa, chefs, escolas, empresas e comunidade. Deve nascer ligada à safra real e com entregas técnicas e econômicas, não apenas cerimoniais.

- Dia de campo, pactos e divulgação de indicadores.
- Rodadas de mercado e apresentação de lotes/origens.
- Programação cultural e gastronômica conectada ao território.
- Agenda de mídia e conteúdo com consentimento dos participantes.

CAPÍTULO 19

Gastronomia como tradutora

O chef transforma procedência e variedade em uma experiência compreensível.

A gastronomia deve comunicar diferenças sem elitizar o Feijão. Técnicas, receitas regionais e criação contemporânea podem conviver, desde que o produto, o produtor e a cultura alimentar permaneçam visíveis.

Ponte de reputação

PRODUTOR → COOPERATIVA → ORIGEM → COZINHA → CONSUMIDOR

- Missões de chefs ao território e encontros com produtores.
- Menus sazonais, fichas de origem e formação de equipes.
- Conteúdo responsável sobre variedades, preparo e aproveitamento.



CAPÍTULO 20

Mesa Viva Feijão

Uma rede de cozinhas que mantém o território presente na mesa durante o ano inteiro.

Mesa Viva Feijão é a frente de mobilização gastronômica da Rota: restaurantes, cozinheiros, merendeiras, pesquisadores e produtores conectados por calendários, origens, receitas e experiências. A proposta deve começar pequena, curada e mensurável.

- Critérios de participação e compromisso de comunicação da origem.
- Programação anual com variedades, safras e histórias.
- Conexão entre restaurantes do território e vitrines urbanas, começando por mercados prioritários a validar.
- Avaliação de vendas, alcance, aceitação e retorno ao produtor.

CAPÍTULO 21

Prato Feito: a síntese brasileira

O Feijão puxa a fila; o prato revela a economia alimentar que existe ao redor dele.

Arroz, Feijão, proteína, hortaliças, raízes e acompanhamentos formam uma linguagem cotidiana de equilíbrio, cultura e trabalho. Ao valorizar o Prato Feito, a Rota amplia sua causa sem perder foco: mostra que o Feijão conecta diversos produtores e alimentos.



Mensagem pública

O Feijão é a linha de frente. A causa é a Comida de Verdade.

CAPÍTULO 22

Comida de Verdade

Uma causa afirmativa: reconhecer alimentos, pessoas, preparos e culturas que sustentam o cotidiano.

A proposta não deve demonizar escolhas individuais nem reduzir alimentação a slogans. Deve tornar alimentos in natura ou minimamente processados mais desejáveis, conhecidos, convenientes e presentes — com base em cultura, ciência e acesso.

- Educação alimentar conectada ao território e à culinária.
- Comunicação de preparo, variedade, aproveitamento e sabor.
- Inovação de produto com transparência e qualidade.
- Ações coerentes com políticas públicas e responsabilidades técnicas.

CAPÍTULO 23

A escola é onde a Rota ganha futuro

Uma criança que planta, acompanha, colhe e prova estabelece outra relação com o alimento.

A Rota pode transformar o território em sala de aula: ciência, geografia, história, biologia, nutrição, cultura, economia e gastronomia encontram-se em um grão. As ações devem integrar o projeto pedagógico e respeitar as redes de ensino.

- Hortas e pequenos cultivos; sementes e diversidade.
- Visitas de agricultores e, quando viável, visitas às propriedades.
- Oficinas de preparo, desperdício e cultura alimentar.
- Materiais produzidos com educadores, nutricionistas e ciência.

CAPÍTULO 24

PNAE: oportunidade pública, regras próprias

A Rota pode preparar oferta e capacidade; não pode prometer compra ou fornecimento garantido.



Regra vigente desde 1º de janeiro de 2026

No mínimo 45% dos recursos financeiros federais repassados pelo FNDE no âmbito do PNAE devem ser utilizados na aquisição direta de alimentos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações.

A participação depende de chamada pública, habilitação, CAF, qualidade, logística, cardápios, preços, capacidade de entrega e demais normas. Entidades Executoras, nutricionistas, Conselhos de Alimentação Escolar e órgãos de controle mantêm suas atribuições.

Fontes: Lei nº 15.226/2025; Resolução CD/FNDE nº 4/2026; FNDE — Agricultura Familiar no PNAE e Perguntas Frequentes (consultas em agosto de 2026).

CAPÍTULO 25

Preparar o território para o PNAE

Organização produtiva e diálogo institucional podem ampliar a capacidade de participação responsável.

- Mapear demanda prevista pelos cardápios e oferta sazonal local.
- Apoiar documentação, CAF, projetos de venda e organização coletiva.
- Planejar volume, frequência, qualidade, embalagem e logística.
- Criar diálogo técnico entre agricultores, cooperativas, nutricionistas e gestores — sem interferir na seleção.
- Acompanhar execução, aceitação, perdas e aprendizados.

Posicionamento correto

A Rota pretende ajudar produtores e organizações a estarem mais preparados para oportunidades do PNAE, sempre conforme chamadas públicas e regras do Programa.

CAPÍTULO 26

Merendeiras: agentes da cultura alimentar

Entre o ingrediente e a criança existe conhecimento prático, cuidado e técnica.

A qualidade do Feijão no estoque não garante a experiência no prato. Formação e valorização das merendeiras podem conectar variedades, técnicas de cocção, sabor, textura, apresentação, aproveitamento e aceitação.

- Encontros com produtores, nutricionistas, pesquisadores e cozinheiros.
- Troca de receitas e soluções adaptadas à infraestrutura real das escolas.
- Escuta sobre produto, tempo, equipamentos e aceitação dos estudantes.
- Reconhecimento da merendeira como agente de educação e cultura alimentar.

CAPÍTULO 27

Educação alimentar: um círculo virtuoso

Do produtor à criança; da criança à família; da família ao reconhecimento de quem produz.



Servir e ensinar são dimensões complementares, mas diferentes. As ações pedagógicas devem ser planejadas com educação e nutrição, avaliando linguagem, segurança, currículo e resultados.

CAPÍTULO 28

Universidades, pesquisa e extensão

A Rota precisa produzir conhecimento, testar hipóteses e corrigir rumos.

- Caracterização de variedades, qualidade e tecnologia de alimentos.
- Protocolos e indicadores de práticas regenerativas.
- Rastreabilidade, governança de dados e avaliação econômica.
- Turismo, cultura, educação alimentar e aceitabilidade.
- Medição de impacto e publicações transparentes.

Embrapa, IDR-Paraná, SEBRAE universidades e outras organizações podem ser convidadas a contribuir conforme competências, interesse e pactuação formal. A menção neste pré-projeto não presume adesão.

CAPÍTULO 29

SEBRAE e desenvolvimento dos pequenos negócios

A Rota precisa converter fluxo, reputação e conhecimento em empresas locais mais capazes.

Há convergência potencial com Indicação Geográfica, cooperativismo, turismo, gastronomia, empreendedorismo e identidade territorial. A agenda concreta deve ser construída em diálogo: diagnóstico, qualificação, experiências, mercado e governança.

- Produtores e agroindústrias preparados para diferenciação.
- Restaurantes, pousadas, guias e comércio conectados à proposta.
- Modelo de negócios e viabilidade das experiências.
- Metodologia documentada para eventual replicação.

CAPÍTULO 30

Governança proposta

Legitimidade, capacidade de execução e transparência precisam caminhar juntas.



- Conselho estratégico: direção, pactos e proteção da missão.
- Secretaria executiva: plano, orçamento, articulação e prestação de contas.
- Câmaras técnicas: produção/origem; mercado/produto; turismo/gastronomia; escola/PNAE; dados/impacto.
- Núcleos territoriais: escuta, implantação e devolutiva local.

Regra de integridade

Papéis e conflitos de interesse devem ser declarados; decisões, critérios de participação e uso de recursos precisam ser documentados.

CAPÍTULO 31

Modelo econômico

Sustentabilidade exige fontes combinadas e receitas vinculadas a entregas claras.

O pré-projeto não apresenta orçamento fechado. Propõe uma arquitetura a ser testada, evitando dependência permanente de uma única fonte e separando recursos de interesse público, pesquisa, patrocínio e atividades comerciais.

- Cooperação pública e editais compatíveis com cada entrega.
- Pesquisa, extensão e formação com metas e prestação de contas.
- Patrocínios temáticos: escola, rastreabilidade, turismo, eventos ou conteúdo.
- Receitas de experiências, eventos, licenciamento e serviços — quando juridicamente e economicamente adequadas.
- Contrapartidas dos participantes proporcionais a benefício e capacidade.

Disciplina financeira

Cada fonte deve ter finalidade, governança, custos, riscos e indicadores próprios. Patrocínio não compra decisão técnica nem alegação de impacto.

CAPÍTULO 32

Parcerias por entrega

A iniciativa deve convidar instituições a resolver problemas concretos, não apenas a ocupar espaço institucional.

Frente	Entrega esperada	Perfis a convidar
Produção	Diagnóstico, protocolo, assistência	Produtores, cooperativas, pesquisa e extensão
Origem	Especificação, controle, reputação	Organização titular, especialistas, mercado
Turismo	Circuitos e experiências seguras	Municípios, trade, cultura, propriedades
Escola/PNAE	Capacidade de participação e EAN	Educação, nutrição, agricultores, EEx
Mercado	Produtos, canais e comunicação	Compradores, indústria, varejo, restaurantes
Impacto	Linha de base e transparência	Universidades, avaliadores e governança

Os nomes das organizações serão incorporados somente após diálogo, definição de papel e manifestação de interesse.

CAPÍTULO 33

Métricas de impacto

O projeto deve nascer mensurável e capaz de distinguir atividade, resultado e impacto.

Produção

agricultores • hectares • volume rastreado

Valor

prêmio / renda • produtos diferenciados • negócios ativados

Território

visitantes • experiências • municípios

Sociedade

escolas • estudantes • aceitabilidade

Ambiente

cobertura do solo • rotação • indicadores pactuados

Antes de anunciar metas, será necessária uma linha de base. Indicadores econômicos devem observar custos e distribuição de benefícios; indicadores ambientais exigem metodologia; indicadores educacionais e de alimentação escolar dependem de desenho ético e responsabilidade técnica.

CAPÍTULO 34

Cronograma em cinco fases

Avançar por gates: evidência e adesão autorizam a etapa seguinte.



- Fase 1 — pactuar território, governança, diagnóstico e linha de base.
- Fase 2 — testar protocolos, rastreabilidade, produtos e experiências em escala controlada.
- Fase 3 — consolidar calendário, mercado, formação e painel de resultados.
- Fase 4 — ampliar rede e conexão com vitrines urbanas, mantendo critérios.
- Fase 5 — avaliar impacto, corrigir o modelo e decidir sobre replicação.

CAPÍTULO 35

Riscos e salvaguardas

A ambição sem cautela pode gerar promessa vazia, exclusão ou uso indevido de patrimônio.

Narrativa antes da capacidade: Pilotos pequenos, critérios e verificação.

Exclusão de produtores menores: Adesão gradual, assistência e monitoramento distributivo.

Uso impreciso de “regenerativo”: Protocolo, linha de base, indicadores e revisão independente.

Confusão com PNAE: Linguagem de preparação; respeito a chamada pública e atribuições.

Apropriação histórica/cultural: Pesquisa, escuta, crédito e validação competente.

Turismo sem segurança/retorno: Capacidade de carga, agendamento, protocolos e modelo econômico.

Dependência financeira: Portfólio de fontes e entregas sustentáveis.

CAPÍTULO 36

Visão 2030

Um território reconhecido não apenas por produzir Feijão, mas por transformar produção em futuro.

Em 2030, queremos poder demonstrar:

Produtores mais visíveis e capazes; cooperativas conectando origem e mercado; práticas acompanhadas; produtos rastreáveis; experiências turísticas maduras; cozinhas mobilizadas; escolas articuladas à educação alimentar; e resultados publicados com transparência.

A replicação para outros territórios não será uma franquía de narrativa. Será transferência de método: diagnóstico, governança, capacidades, salvaguardas, métricas e adaptação à diversidade de Feijões e culturas locais.

O sucesso não será medido pelo número de placas na estrada, mas por valor econômico e social criado, reputação sustentada e capacidade de manter o Feijão vivo no campo, no mercado e na mesa.

CAPÍTULO 37

Convite à construção coletiva

A próxima etapa não é lançar a Rota. É formar o pacto capaz de construí-la.

Propõe-se uma rodada fundadora de escuta e desenho com produtores, cooperativas, municípios, pesquisa, extensão, educação, gastronomia, turismo, empresas e organizações da sociedade. O objetivo é transformar esta arquitetura em plano territorial validado.

- Confirmar território-piloto, atores, lacunas e iniciativas já existentes.
- Definir governança provisória e agenda de 100 dias.
- Contratar/organizar diagnóstico e linha de base.
- Selecionar dois ou três pilotos com critérios, orçamento e avaliação.

Pergunta fundadora

Que papel cada ator está disposto a assumir — e qual entrega concreta poderá apresentar ao território?

ANEXO

Fontes, notas de cautela e banco de imagens locais

Base documental consultada para esta versão pública.

FNDE — Agricultura Familiar no PNAE

<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/pnae-agricultura-familiar>

Lei nº 15.226, de 30 de setembro de 2025

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/l15226.htm

FNDE — Perguntas Frequentes sobre Agricultura Familiar no PNAE

<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/agricultura-familiar-no-pnae>

IDR-Paraná — Nota Técnica 10/2024: perdas de Feijão de segunda safra em Prudentópolis

<https://www.idrparana.pr.gov.br/system/files/publico/Publica%C3%A7%C3%B5es/Notas%20T%C3%A9cnicas/10-nota-tecnica-feijao-prudentopolis.pdf>

Patrimônio Cultural do Paraná — Rota Transcontinental Caminhos de Peabiru

<https://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/Pagina/Rota-Transcontinental-Caminhos-de-Peabiru>

Governo do Paraná — Caminhos do Peabiru

<https://www.caminhosdopeabiru.pr.gov.br/>

Fotografias locais pendentes

Esta versão prioriza gráficos e diagramas. Os espaços fotográficos foram deliberadamente mantidos como placeholders até obtenção de imagens autênticas de Prudentópolis, em alta resolução, com autoria, legenda, local, data e autorização de uso institucional.

Imagens prioritárias: família produtora na lavoura; produtor com grãos; paisagem rural da Rota; cozinha/prato local; visita escolar ou ação pedagógica autorizada.

Nota editorial: nenhuma citação de atores potenciais implica adesão institucional. Papéis e nomes deverão ser confirmados após diálogo formal.